UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LAIZA DE LIMA FRANK

OS DILEMAS ÉTICOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL FRENTE A APLICAÇÃO DO COMPLIANCE EM EMPRESAS DE TECNOLOGIA

CURITIBA

2024

LAIZA DE LIMA FRANK

OS DILEMAS ÉTICOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL FRENTE A APLICAÇÃO DO COMPLIANCE ENTRE EMPRESAS DE TECNOLOGIA

Relatório Técnico-Científico apresentado ao curso de Especialização em Governança Corporativa e Compliance, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Governança Corporativa e Compliance.

Orientador: Prof. Dr. Vagner Alves Arantes

CURITIBA

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todos que contribuíram para a realização desta pesquisa. Em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Vagner Alves Arantes, pela dedicação e ensinamentos. À minha família, pelo apoio incondicional. Ao meu namorado, André Born, por estar ao meu lado durante esta jornada. Aos professores e colegas, pela troca de conhecimentos e experiências.

RESUMO

Esta pesquisa investiga os desafios éticos da Inteligência Artificial (IA) no compliance corporativo. A IA, com seu potencial de automação e análise de dados, apresenta oportunidades e dilemas éticos para a gestão de riscos, a detecção de fraudes e a conformidade. Por meio de entrevistas com gestores de compliance, a pesquisa explora como profissionais percebem e lidam com as problemáticas em torno dos dilemas éticos enfrentados pelos profissionais, bem como as estratégias e ferramentas utilizadas para abordá-los. Além disso, a pesquisa busca avaliar o impacto da IA na forma como o compliance é aplicado nas organizações, investigando se a tecnologia está promovendo mudanças significativas nas práticas e nos processos. A análise dos dados coletados revela o nível de maturidade atual nos dilemas éticos enfrentados e as estratégias para abordá-los. A pesquisa avalia o impacto da IA na aplicação do compliance e propõe recomendações para o uso responsável dessa tecnologia no ambiente corporativo.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Compliance; Ética; Transparência; Gestão de riscos.

ABSTRACT

This research investigates the ethical challenges of Artificial Intelligence (AI) in corporate compliance. AI, with its potential for automation and data analysis, presents both opportunities and ethical dilemmas for risk management, fraud detection, and compliance. Through interviews with compliance managers, the research explores how professionals perceive and address the issues surrounding the ethical dilemmas faced by practitioners, as well as the strategies and tools used to approach them. In addition, the research seeks to assess the impact of AI on how compliance is applied in organizations, investigating whether the technology is promoting significant changes in practices and processes. The analysis of the collected data reveals the current level of maturity in the ethical dilemmas faced and the strategies to address them. The research evaluates the impact of AI on the application of compliance and proposes recommendations for the responsible use of this technology in the corporate environment.

Keywords: Artificial Intelligence; Compliance; Ethics; Transparency; Risk Management.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **6**
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA 6
1.2 OBJETIVO GERAL DO ESTUDO 8
1.3 IMPORTÂNCIA PRÁTICA DO ESTUDO 8
1.4 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE O TEMA 9
2 METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS **11**
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS **15**
REFERÊNCIAS **16**

1 INTRODUÇÃO

A Inteligência Artificial (IA) está revolucionando o mundo corporativo, automatizando tarefas repetitivas e liberando os funcionários para atividades mais estratégicas. Essa transformação exige adaptação rápida e aquisição de novas habilidades, impulsionando o desenvolvimento profissional contínuo (GABRIEL, 2024). Consequentemente, esse movimento acelerado acarreta uma série de dilemas éticos complexos que desafiam os profissionais de compliance.

A crescente dependência de algoritmos e modelos de aprendizado de máquina para decisões críticas levanta questões sobre a responsabilidade, a transparência e a equidade desses sistemas (FEFERBAUM et al., 2023). De acordo com Kaufman (2022, p. 29) "a ética é objeto da ação humana, as tecnologias não têm objetivos próprios nem autonomia".

A construção de algoritmos isentos de vieses é fundamental para garantir a ética e a justiça no uso da inteligência artificial. Afinal, como destaca Gabriel (2022), a presença de vieses nos algoritmos pode perpetuar e amplificar desigualdades, privilegiando determinados grupos ou indivíduos em detrimento de outros. Essa preocupação se torna ainda mais crítica no ambiente corporativo, onde a IA impacta diretamente a confiança, a privacidade e a justiça nas relações entre empresa, funcionários e clientes.

Diante desse cenário, a área de compliance se vê diante do desafio de garantir que a utilização da IA esteja em consonância com os princípios éticos e legais, protegendo os direitos dos indivíduos e a reputação das organizações. A presente pesquisa visa explorar essa complexa relação entre IA e compliance, investigando os dilemas éticos emergentes e as possíveis soluções para garantir um uso responsável e ético da IA no mundo corporativo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A tecnologia agiliza e otimiza processos, automatizando tarefas e liberando tempo para que as pessoas se dediquem a outras atividades (FEFERBAUM et al., 2023). Além disso, a tomada de decisões baseada em dados tem levado áreas distintas a adotarem a aplicação da Inteligência Artificial (IA), devido ao seu alto nível de confiabilidade (FEFERBAUM et al., 2023). No entanto, a crescente utilização dessa

tecnologia no contexto corporativo também traz à tona uma série de desafios éticos complexos, que exigem uma análise aprofundada e a busca por soluções que garantam um uso responsável e transparente dessa tecnologia.

O compliance, como área responsável por assegurar que as empresas atuem em conformidade com leis, regulamentos e princípios éticos, se depara com um novo cenário, onde a IA assume um papel cada vez mais central na tomada de decisões e na gestão de riscos. A questão fundamental que se coloca é: como as empresas podem utilizar a inteligência artificial em conformidade com o compliance e a responsabilidade ética?

A IA, apesar de seus diversos benefícios, apresenta desafios éticos que não podem ser ignorados. O viés algorítmico, por exemplo, pode perpetuar e até mesmo amplificar preconceitos existentes nos dados de treinamento, levando a decisões discriminatórias em diversas áreas (ALENCAR, 2022). A falta de transparência de muitos modelos de IA, dificulta a compreensão de como as decisões são tomadas, o que pode gerar desconfiança em caso de erros ou resultados injustos (KAUFMAN, 2022).

Outro ponto crucial é a questão da privacidade e proteção de dados. A IA depende de grandes volumes de dados para seu funcionamento, o que levanta preocupações sobre como essas informações são coletadas, armazenadas e utilizadas (ALENCAR, 2022), especialmente em relação a dados pessoais sensíveis. O risco de violações de privacidade, uso indevido de dados e até mesmo a criação de sistemas de vigilância em massa são questões que exigem atenção e medidas de proteção robustas, como destaca Alencar (2023, p. 29):

> Do ponto de vista da privacidade, inúmeras questões podem ser apontadas como pontos de preocupação. Em primeiro lugar, a segurança desses dados é um fator essencial, já que, além dos vazamentos, é possível que agentes mal-intencionados, como hackers, invadam sistemas e se apropriem desses dados.

Por fim, a crescente autonomia da IA levanta questões sobre a responsabilidade pelas decisões tomadas pela máquina. À medida que os sistemas de IA se tornam mais sofisticados e capazes de tomar decisões complexas, a questão de quem é responsável por seus atos e suas consequências se torna cada vez mais urgente, especialmente em situações com impacto social ou legal significativo (ALENCAR, 2022). A implementação de novas tecnologias exige a definição clara de responsabilidades, o que reforça a necessidade de regulamentações éticas. Para

Fava (2018), a ética em um mundo globalizado é complexa e se constrói pelo envolvimento em situações que exigem justiça, respeito e solidariedade, um processo contínuo ao longo da vida.

Diante desses desafios, a presente pesquisa busca explorar a relação entre IA e compliance, investigando como as empresas estão lidando com os dilemas éticos da IA e quais as melhores práticas para garantir um uso responsável e transparente dessa tecnologia. Através de entrevistas com gestores de compliance e análise de casos reais, busca-se identificar os principais desafios, as estratégias de mitigação e as oportunidades que a IA oferece para a área de compliance, contribuindo para o desenvolvimento de um conjunto de diretrizes éticas que oriente a utilização da IA no mundo corporativo.

1.2 OBJETIVO GERAL DO ESTUDO

O presente relatório se propõe a investigar a complexa relação entre a Inteligência Artificial (IA) e o compliance no contexto corporativo, com o objetivo de demonstrar problemas reais enfrentados pelas empresas na utilização dessa tecnologia. A pesquisa busca ir além da mera identificação dos desafios, explorando como as empresas podem integrar a IA de forma responsável e em consonância com os princípios do compliance.

Para alcançar esse objetivo, o estudo busca mapear alguns dilemas éticos percebidos pelos gestores de compliance em relação à IA compreendendo suas preocupações e desafios na implementação dessa tecnologia. Em seguida, serão identificadas as estratégias e ferramentas atualmente utilizadas para lidar com esses dilemas.

1.3 IMPORTÂNCIA PRÁTICA DO ESTUDO

Esta pesquisa contribuirá para o debate sobre a ética da IA no contexto corporativo, fornecendo informações para os profissionais de compliance. Ao analisar os dilemas éticos e as práticas atuais, espera-se fomentar a criação de diretrizes e soluções que garantam o uso responsável e ético da IA nas organizações.

1.4 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE O TEMA

A Inteligência Artificial (IA), definida por Gabriel (2022, p. 56) como "a capacidade das máquinas em imitar as funções da mente humana", tem se tornado presente no contexto corporativo, impulsionando a automação de processos, a análise de dados e a tomada de decisões estratégicas. No entanto, a crescente adoção da IA também traz à tona desafios éticos complexos, especialmente no âmbito do compliance, responsável por garantir que as empresas atuem em conformidade com leis, regulamentos e princípios éticos (FEFERBAUM et al., 2023).

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) define o compliance como "um conjunto de medidas internas que permite prevenir ou minimizar os riscos de violação às leis decorrentes de atividade praticada por um agente econômico e de qualquer um de seus sócios ou colaboradores" *(*CADE apud FRANCO, 2019*).* Em essência, o compliance representa o compromisso da empresa em agir de acordo com as normas e regulamentos aplicáveis, adotando uma conduta ética e transparente, é um instrumento de preservação dos valores e mitigação de riscos (CARVALHO et al., 2021).

O Programa de Integridade surgiu como resposta à necessidade de combater a corrupção e promover a ética nas empresas. A Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e seu decreto regulamentador (Decreto nº 11.129/2022) impulsionaram a criação desses programas, exigindo mecanismos eficazes para prevenir, detectar e punir desvios e irregularidades. A implementação de um programa de integridade robusto demonstra o compromisso da empresa com a ética e a transparência, contribuindo para a construção de uma cultura de conformidade e para a mitigação de riscos (FRANCO, 2019).

Essa estrutura busca garantir a conformidade com leis e normas, promover a ética nas relações internas e externas, e prevenir riscos e fraudes. Para ser eficaz, o programa deve ser desenhado sob medida para a realidade da organização, considerando seus valores, cultura e riscos específicos (CARVALHO et al., 2021). A estrutura do programa geralmente inclui treinamentos corporativos, código de conduta, políticas e procedimentos, canais de denúncia, investigações internas e auditoria independente (CARVALHO et al., 2021). A liderança da empresa desempenha um papel fundamental na implementação e no fortalecimento da cultura de integridade (CARVALHO et al., 202).

Um Programa de Integridade e Compliance robusto é composto por diversos elementos essenciais. Além do código de conduta, que define os princípios éticos da empresa, é importante realizar, de acordo com Assi (2018, p. 17) "a criação de procedimentos internos de controles, capacitação de pessoal e na implementação de monitoração das operações, com o objetivo de auxiliar as áreas de negócios a obter a efetiva supervisão". A implementação de canais de denúncia eficazes e a realização de análises de risco periódicas são fundamentais para a prevenção de desvios e fraudes (ASSI, 2018). O programa deve ser comunicado de forma clara e acessível a todos os colaboradores, por meio de treinamentos e campanhas de conscientização (FRANCO, 2019). A monitoração contínua e a revisão periódica do programa garantem sua adequação às mudanças na legislação e no cenário empresarial.

A rápida evolução tecnológica, impulsionada pela internet e por inovações como a inteligência artificial e o Big Data, exige uma constante adaptação do compliance. O compliance digital surge, para garantir que as empresas estejam em conformidade com as leis e regulamentos em um cenário cada vez mais tecnológico (LÓSSIO, 2023). No entanto, essa relação simbiótica também apresenta desafios significativos.

Um dos principais desafios éticos da IA no contexto do compliance reside no viés algorítmico (ALENCAR, 2023). Os algoritmos de IA podem perpetuar e até mesmo amplificar preconceitos existentes nos dados de treinamento, levando a decisões discriminatórias em áreas sensíveis como recrutamento, concessão de crédito e até mesmo no sistema de justiça criminal.

Outro ponto crucial é a questão da privacidade e proteção de dados (BARCAROLLO, 2021). A IA depende de grandes volumes de dados para seu funcionamento, o que levanta preocupações sobre como essas informações são coletadas, armazenadas e utilizadas, especialmente em relação a dados pessoais sensíveis e, em relação a decisão automatizada. Os riscos de violações de privacidade exigem medidas de proteção robustas e, para Caixeta (2024) as empresas devem adotar medidas severas para garantir que os dados sejam processados de maneira ética e em conformidade com a legislação.

O inciso VI do artigo 6º da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) consagra o princípio da transparência, que exige clareza e abertura sobre como os dados pessoais são tratados, independentemente do meio em que se dá o tratamento. Essa transparência é essencial para garantir a confiança dos titulares dos dados, mas

também acaba refletindo no uso ético e responsável da informação (LÓSSIO, 2023, p. 120).

Por fim, a crescente autonomia da IA suscita questões sobre a responsabilidade pelas decisões tomadas pela máquina. À medida que os sistemas de IA se tornam mais sofisticados e capazes de tomar decisões complexas, a questão de quem é responsável por seus atos e suas consequências se torna cada vez mais urgente.

2 METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, com dados coletados por meio de um formulário online. O formulário continha um questionário com 9 perguntas ao todo, em partes questões pré-definidas e outras questões com campo aberto para o participante discorrer. O questionário foi encaminhado para 13 pessoas, mas foi respondido por somente 5 gestores de compliance de empresas de diversos setores, como banco, locadora de veículos, seguradora e escritório de advocacia. As respostas foram coletadas e analisadas para a elaboração deste relatório.

O período de aplicação da avaliação ocorreu entre abril e maio de 2024. Para desenvolvimento da pesquisa, foi realizada uma análise textual por meio do conteúdo coletado. As questões foram definidas com o direcionamento do escopo desta pesquisa, identificar como as empresas estão lidando nos setores de conformidade com a implementação da Inteligência Artificial e a eventualidade de ocorrências de cunho ético no dia a dia desses profissionais. As questões apresentadas aos participantes estão contidas no Quadro 1.

QUADRO 1 – QUESTIONÁRIO

Seção 01
1. A empresa em que você atua possui Programa de Integridade e Compliance?
2. Você já participou de algum treinamento sobre o Programa de Integridade e Compliance na sua empresa?
3. De quantos treinamentos sobre o Programa de Integridade e Compliance da sua empresa você já participou, entre março de 2023 e abril de 2024?
4. A empresa em que você atua possui Código de Ética?
5. O Código de Ética da sua empresa aborda o uso de Inteligência Artificial?
6. O Código de Ética está disponível para consulta no site da empresa ou em outro canal?
7. Quantas vezes você consultou o Código de Ética da empresa entre março de 2023 e abril de 2024?
Seção 02

1. A empresa em que você atua utiliza Inteligência Artificial (IAs) no desempenho das funções? Se sim, quais seriam as Inteligências Artificiais ativas na sua empresa?
2. Como está sendo realizado o processo de incorporação da IA na sua empresa?
3. O que se espera com a incorporação da IA? Qual o objetivo da implementação?
4. Foram identificadas falhas no processo de implementação da IA? Quais seriam estas falhas?
5. Foram realizados treinamentos para uso da IA na sua empresa? Qual a quantidade treinamentos realizados (horas ou dias de treinamento)?
6. Foram aplicadas medidas de segurança ou de privacidade no processo de incorporação da IA?
7. Você já se deparou com algum desafio ético ocorrido no ambiente corporativo em razão do uso de IA?
8. Diante ao desafio ético causado pelo uso da IA, como o Código de Ética foi utilizado para resolver o problema?
Seção 03
1. Com qual sexo você se identifica:
2. Qual sua idade? (Especifique em anos, ex.: 37 anos ou 23 anos)
3. Em termos étnico-raciais, como você se identifica?
4. Qual é sua formação acadêmica? (Especifique o curso que você concluiu, seja graduação ou curso técnico)
5. Em qual instituição de ensino foi realizada o curso de graduação ou técnico?
6. Qual é o seu cargo na organização em que trabalha?
7. Qual o ano de início da função destacada acima?
8. Há quantos anos você atua nesta empresa?
9. Você atua no Programa de Integridade e Compliance da sua empresa?

FONTE: A autora (2024).

Com relação aos participantes, a título de caracterização dos respondentes, o Quadro 2 demonstra os dados sociodemográficos a respeito da formação do conteúdo da pesquisa.

QUADRO 2 – PERFIL DOS RESPONDENTES

Entrevistado	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**
Idade	45	31	38	42	35
Gênero	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Masculino
Etnia	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca
Escolaridade	Mestre	MBA	Mestre	Graduação	Graduação
Cargo	Compliance Officer	Head Jurídico	Gerente	Head of legal	Gerente Jurídico
Tempo de atuação no cargo	2 anos	1 ano	3 anos	9 anos	3 anos

FONTE: A autora (2024).

Tratando do conteúdo coletado, a análise das respostas demonstrou que a IA já está sendo utilizada em diversas áreas do compliance, embora ainda de forma incipiente. A maioria dos gestores de compliance entrevistados (80%) afirmou que suas empresas possuem um Programa de Integridade e Compliance, o que indica que a conformidade é uma prioridade para as organizações. Além disso, todos os participantes (100%) relataram ter participado de treinamentos sobre o programa, o que demonstra a importância da capacitação na área.

Um ponto que chamou atenção na pesquisa foi que nenhum dos entrevistados (0%) afirmou que o Código de Ética de suas empresas aborda o uso de IA. Isso sugere que as empresas ainda não adaptaram suas políticas e diretrizes para incluir as implicações éticas da IA, o que pode gerar incertezas e riscos na aplicação da tecnologia. Apesar disso, todos os entrevistados (100%) afirmaram que o Código de Ética está disponível para consulta, o que facilita o acesso dos colaboradores às diretrizes éticas da empresa.

Em relação aos desafios éticos da IA, a pesquisa revelou que a maioria dos gestores (60%) ainda não se deparou com dilemas éticos relacionados ao uso da tecnologia. Isso pode indicar que a aplicação da IA em compliance ainda está em estágio inicial, ou que os profissionais ainda não têm conhecimento suficiente para identificar os desafios éticos. É importante que as empresas invistam em treinamento e conscientização sobre os dilemas éticos da IA, para que os gestores estejam preparados para lidar com os desafios que surgirem.

Outro ponto importante revelado pela pesquisa é que a maioria das empresas (80%) já utiliza a IA em suas operações, principalmente para automação de tarefas, análise de dados e tomada de decisões. As ferramentas mais utilizadas são o ChatGPT e o Copilot. No entanto, o processo de incorporação da IA ainda é lento e gradual na maioria das empresas, principalmente devido à necessidade de garantir a segurança da informação e a privacidade dos dados.

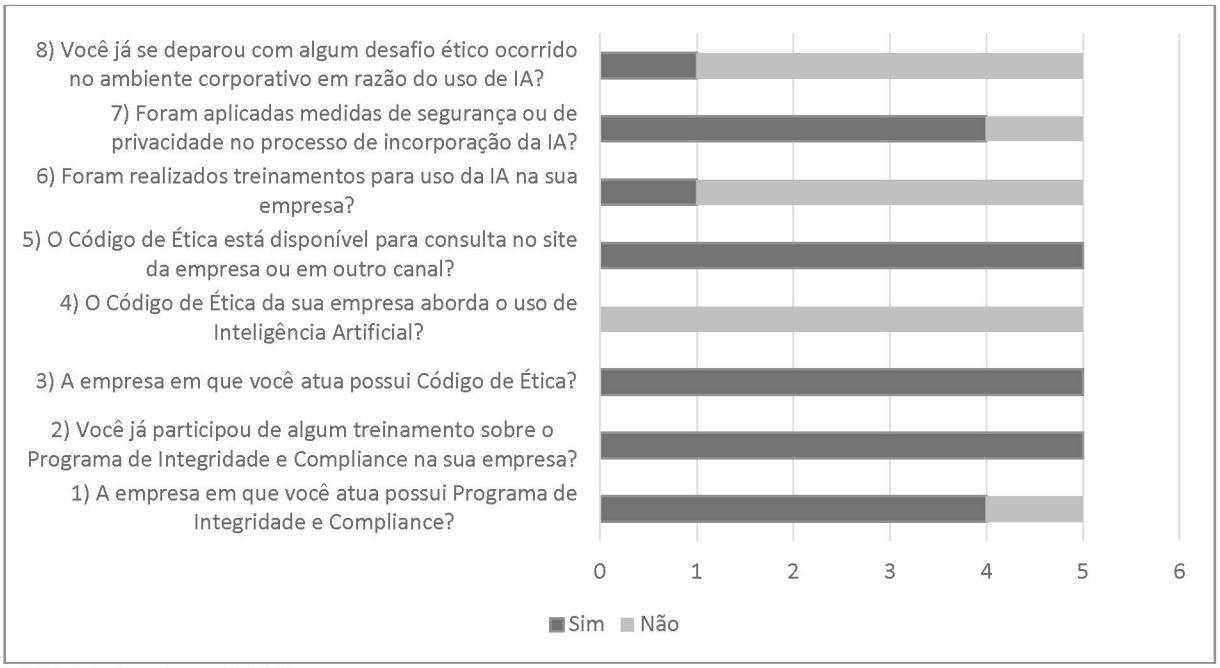
Os gestores de compliance entrevistados demonstraram estar conscientes da importância de garantir a segurança e a privacidade dos dados no uso da IA. A maioria das empresas (80%) afirmou ter implementado medidas de segurança e privacidade no processo de incorporação da IA, o que demonstra a preocupação em proteger as informações confidenciais.

No geral, a pesquisa indica que a IA está gradualmente sendo incorporada às práticas de compliance, mas ainda há um longo caminho a percorrer, especialmente

na adaptação das políticas e diretrizes, na conscientização sobre os dilemas éticos e na implementação de mecanismos de controle para garantir o uso responsável da tecnologia.

O Quadro 4 apresenta as questões com respostas pré-definidas no formulário com possibilidades de escolha somente entre o “sim” ou o “não” para elucidar a pesquisa prática realizada.

QUADRO 4 – FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS



FONTE: A autora (2024).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstra que a Inteligência Artificial (IA) está inaugurando uma nova era, transformando a realidade de todos e impactando diretamente a área de compliance, com novas oportunidades e desafios. Nesse cenário, as empresas precisam estar preparadas para lidar com os dilemas éticos da IA. Profissionais capacitados são essenciais para implementar medidas que garantam o uso responsável e ético da tecnologia, considerando a capacidade humana de lidar com questões emocionais e subjetivas, algo que as máquinas ainda não conseguem replicar sem vieses e oscilações discriminatórias.

Para garantir esse controle, a atualização dos Códigos de Ética é fundamental, incluindo diretrizes específicas para o uso da IA. Investir em treinamento para os profissionais da área, abordando os aspectos éticos e as melhores práticas no uso da IA, também é crucial. Além disso, a criação de mecanismos de controle e auditoria ajudará a garantir que a IA seja utilizada de forma ética e em benefício da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ana Catarina de. **Inteligência Artificial, Ética e Direito: Guia Prático para Entender o Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. *E-book.* ISBN 9786553620339. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620339/. Acesso em: 09 out. 2024.

ASSI, Marcos. **Compliance: como implementar, 1ª edição**. São Paulo: Trevisan Editora, 2018. *E-book.* ISBN 9788595450356. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595450356/. Acesso em: 29 out. 2024.

BARCAROLLO, Felipe. **Inteligência Artificial: Aspectos Ético-Jurídicos**. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. *E-book.* ISBN 9786556272801. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556272801/. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11129.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

CAIXETA, Ana Manoela Gomes e Silva. **Seis anos da LGPD: Como a IA tem contribuído na proteção de dados?** Migalhas, 30 ago. 2024. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/414248/seis-anos-da-lgpd-como-a-ia-tem-contribuido-na-protecao-de-dados. Acesso em: 29 out. 2024.

CARVALHO, André C.; BERTOCCELLI, Rodrigo de P.; ALVIM, Tiago C.; AL, et. **Manual de Compliance**. 3rd ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. *E-book.* ISBN 9786559640898. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640898/. Acesso em: 26 out. 2024.

FAVA, Rui. **Trabalho, educação e inteligência artificial: a era do indivíduo versátil. (Desafios da educação)**. Porto Alegre: Penso, 2018. *E-book.* p.39. ISBN 9788584291274. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584291274/. Acesso em: 23 out. 2024.

FEFERBAUM, Marina; SILVA, Alexandre Pacheco da; COELHO, Alexandre Z.; et al. **Ética, Governança e Inteligência Artificial**. São Paulo: Almedina, 2023. E-book. ISBN 9786556279145. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556279145/. Acesso em: 23 out. 2024.

FRANCO, Isabel. **Guia Prático de Compliance.** Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book. ISBN 9788530988692. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530988692/. Acesso em: 26 out. 2024.

GABRIEL, Martha. **Inteligência Artificial: Do Zero ao Metaverso**. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559773336. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773336/. Acesso em: 10 out. 2024.

KAUFMAN, Dora. **Desmistificando a inteligência artificial**. São Paulo: Autêntica Editora, 2022. *E-book.* ISBN 9786559281596. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559281596/. Acesso em: 23 out. 2024.

LÓSSIO, Claudio Joel B. **Proteção de dados e compliance digital**. 2nd ed. São Paulo: Almedina, 2023. *E-book.* ISBN 9786556279893. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556279893/. Acesso em: 29 out. 2024.